

INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO



2018

AGENDA 21 PARANÁ

Bases para o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável

Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2018

Maria Aparecida Borghetti
Governador do Estado do Paraná

Antonio Carlos Bonetti
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná
Coordenadora Geral do Fórum Permanente da Agenda 21
Paraná

Valdir Donizete de Moraes
Coordenação Temática do Fórum
Coordenação Executiva do Fórum

Roberto Gava
Associação Comercial do Paraná – ACP

Maurício Barcellos Degelmann
Instituto GT3
Janaína de Fátima Chudzik
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR

Adriano V. Wild
Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais

Ivo Sérgio Pereira Santos
Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe

Maria Inês Terbeck
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU

Tamara Simone Van Kaick
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Valdir Donizete de Moraes
Associação Ambientalista Ecoforça

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação Fórum Ag21 – SEMA

Ana Gabriela Ramos da Silva
Design e Diagramação

BASES PARA O PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cada Tema Norteador foi subdividido em Eixos Temáticos, visando trabalhar cada questão de forma mais apropriada, sendo detalhado e estruturado em um roteiro para facilitar o entendimento: *Premissas, Situação Atual, Desafio e Obstáculos*.

A apresentação nesse formato busca destacar cada aspecto dos Temas Norteadores e seus diversos eixos, de forma objetiva, direta e de fácil entendimento.

No âmbito das *Premissas* apresentadas o documento define o alcance pretendido para cada um dos cinquenta e um Eixos Temáticos em que a Agenda 21 foi dividida, ou seja, aponta o panorama desejado, numa situação de pleno desenvolvimento sustentável.

Quanto à *Situação Atual* o documento tece um diagnóstico da atualidade de forma genérica e sucinta. Este aspecto generalista, entretanto, não deixa de apontar as responsabilidades intrínsecas dos diversos atores envolvidos.

Em relação aos *Desafios* é apresentado, de forma bem objetiva, o que deve ser feito para superar os entraves ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, na dimensão *Obstáculos* são identificados empecilhos e resistências às mudanças necessárias para a construção de uma sociedade sustentável.

Por fim, estão colocadas as *Propostas*, algumas de forma mais genéricas e outras mais específicas, nas quais são apresentados os principais pontos a serem construídos, modificados ou alterados neste século, no estado do Paraná. Elas são apresentadas sempre no infinitivo, demonstrando a importância em construir uma agenda positiva a ser seguida de maneira efetiva e permanente por toda a sociedade paranaense.

O Glossário reforça o entendimento dos termos citados neste documento a partir do ponto de vista dos membros do Fórum, após pesquisas em diversas fontes.

Importante destacar, finalmente, a relevância do conjunto das propostas, que não se atém apenas nas questões físicas, mas avança em aspectos como a Governança e o Empoderamento da população, em especial por meio das sociedades organizadas, particularmente do terceiro setor, os diferentes fóruns, os conselhos e comitês organizados. Todas estas instâncias e seus atores são importantes instrumentos à formação de uma parceria, junto ao poder público e setor empresarial, para o controle, fiscalização e construção de uma agenda de procedimentos capaz de construir, de fato, a Agenda do Século 21 que levará os paranaenses a uma situação certamente melhor do que aquela hoje encontrada no Paraná.

INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO



Eixos Temáticos:

Integração Regional
Transportes
Energia
Comunicação
Turismo
Cidades Sustentáveis
Habitação
Saneamento
Resíduos Sólidos
Mobilidade Urbana e Acessibilidade

Premissa:

desenvolvimento sustentável estruturado de forma regionalizada, descentralizada e integrada, promovendo o desenvolvimento social, a valorização do meio ambiente e o respeito a todas as formas de vida, planejado e administrado conjuntamente entre os municípios de uma mesma região, com apoio do Estado e da União, com efetivo controle social.

Situação Atual:

planejamento centralizado e autoritário priorizando os interesses corporativos. Foco de superfaturamento, corrupção, cooptação, prevaricação, entre outros. Impactos ambientais e sociais negativos.

Desafios:

estabelecer um novo paradigma nas relações entre Estado e sociedade quanto ao planejamento, implantação e gestão de equipamentos de infraestrutura e de integração visando maximizar os benefícios e a qualidade de forma a, inclusive, eliminar fraudes.

Obstáculo:

centralismo do planejamento e gestão. Favorecimentos políticos e econômicos.
Foco de corrupção.

4.1. Integração Regional

Premissas – municípios de uma mesma região organizados em uma estrutura regional de modo a propiciar a seus moradores todos os serviços públicos de forma completa e abrangente, como saúde, educação, segurança, transporte, atividades culturais, esportivas e recreativas, além de elevar a qualidade de vida e o respeito a todas as forma de vida.

Situação Atual – quase a totalidade das pequenas cidades não dispõe de serviços e nem instalações públicas em quantidade e qualidade suficientes para bom atendimento aos munícipes, quase sempre recorrendo a cidades de porte maior, muitas vezes disputando com moradores destas por atendimentos de saúde, educação, etc.

Desafio - estabelecer condições para a estruturação da regionalização, através de um amplo debate com a população. Reorientar os investimentos públicos e privados para atender as demandas dessa regionalização.

Obstáculo - clientelismo e cooptação política e econômica. Falta de visão regionalista dos gestores municipais. Superfaturamento.

Propostas:

4.1.1. Consolidar os comitês gestores de bacias hidrográficas como processo indutor da integração regional.

4.1.2. Criar comitês regionais, com participação popular, para discussão de problemas comuns, visando suas soluções.

4.1.3. Utilizar o anel de integração como potencializador das vocações regionais, visando promover o desenvolvimento sustentável local e regional.

4.1.4. Desenvolver projetos de melhoria da infraestrutura lo-

cal e regional conforme as competências de cada esfera e nível de governo visando a efetivação das ações.

4.1.5. Criar um instrumento legal que garanta a continuidade das políticas urbanas de infraestrutura e outros, definidos por um consenso da sociedade e Estado, como, por exemplo, um plano de desenvolvimento regional ou a própria Agenda 21, de forma que a mudança de governo não signifique a perda do trabalho realizado no governo anterior.

4.1.6. Ampliação de Políticas Públicas para a construção de sociedades sustentáveis por meio de: manutenção do homem no campo com a promoção da regularização fundiária, com o desenvolvimento de tecnologias limpas visando à conservação e preservação dos biomas incluindo a criação e manutenção de corredores ecológicos e privilegiando o extrativismo natural de forma sustentável. Estes aspectos devem ser inseridos em planos governamentais integrados, setoriais e sociais para garantir a implantação de políticas financeiras estruturantes voltadas às cadeias produtivas rurais e urbanas com base no ordenamento territorial.

4.1.7. Planejamento, construção e aplicação de políticas públicas integradas de sustentabilidade socioambiental considerando o uso e ocupação ordenada do solo, incluindo as políticas setoriais bem como a implantação de uma política de convivência com os biomas e bacias hidrográficas, focalizada na agricultura familiar e agroecológica, e a intensificação do gerenciamento e monitoramento das fiscalizações.

4.2. Transportes

Premissas – transporte sustentável, acessível e de qualidade para todos. Transporte de mercadorias de modo seguro e adequado.

Situação Atual – sistemas e vias de transporte precários e inseguros convivendo com sistemas altamente eficientes e confiáveis. Superfaturamento e desvio de verbas. Motoristas irresponsáveis, com atitudes inconsequentes e desrespeito à legislação.

Desafio - investir e priorizar modais e sistemas de transporte seguros e eficientes. Repensar a indústria automobilística.

Obstáculo - falta de planejamento estratégico. Interesses financeiros e corporativistas.

Propostas:

4.2.1. Melhoria e manutenção contínua da malha rodoviária do Paraná, inclusive as municipais.

4.2.2. Adequar o calçamento das estradas rurais, garantindo sua manutenção e conservação.

4.2.3. Reverter o processo de concessão das rodovias com o estado reassumindo a gestão e manutenção das mesmas.

4.2.4. Dar ampla divulgação dos atuais processos de concessão de rodovias incluindo os referidos contratos, os valores arrecadados pelas empresas concessionárias, possíveis impactos nas regiões adjacentes às rodovias pedagiadas e divulgação de rotas alternativas.

4.2.5. Melhoria da qualidade dos transportes coletivos urbanos e intermunicipais, visando incentivar a utilização destes por um número maior de pessoas.

4.2.6. Desenvolver e incentivar formas alternativas de transporte privilegiando tecnologias mais limpas, visando reduzir a poluição atmosférica.

4.2.7. Desenvolver e fomentar a intermodalidade, com o objetivo de promover um melhor equilíbrio entre os diversos modais, com particular atenção para compatibilidade de bitola no caso das ferrovias.

4.2.8. Estabelecer e viabilizar política pública com o objetivo de desestimular a produção e o consumo de veículos automotores poluidores.

4.2.9. Estabelecer data limite para que, os veículos produzidos não utilizem combustíveis poluentes e nem causem impactos socioambientais.

4.2.10. Reconhecer os animais como sujeitos de direitos, descontinuando a utilização de animais para qualquer tipo de transporte, promovendo alternativas mais viáveis e éticas.

4.2.11. Condicionar os projetos de abertura de novas rodovias e de ampliação/duplicação de rodovias existentes à execução de obras para travessia de animais silvestres, minimizando o impacto ambiental da criação de ilhas de fauna e acidentes rodoviários envolvendo animais.

4.2.12. Modernizar e expandir o transporte ferroviário público tanto para transporte de cargas quanto de passageiros, inclusive investindo em novas ferrovias.

4.2.13. Consolidar a implantação da Ferroeste na sua totalidade.

4.2.14. Incrementar o transporte por meio de polidutos: oleodutos, gasodutos e outros.

4.2.15. Ampliar e modernizar os aeroportos do Paraná, inclusive na sua capacidade de atendimento, instalando tecnologia de ponta, com ênfase na aviação regional, após criterioso estudo que melhor atenda às especificações técnicas do tráfego aéreo, garantia da preservação do meio ambiente, melhores condições de segurança ao entorno, com o devido distanciamento do centro urbano, bem como facilidade de acesso e estacionamento de veículos.

4.3. Energia

Premissas – produção, distribuição e consumo sustentável de energia de forma acessível, segura e eficiente com controle social.

Situação Atual – produção e distribuição de energia pautada pelas regras de mercado, muitas vezes com grande impactos ambientais e sociais. Pouco investimento em energias limpas e renováveis. Sociedade alijada do processo.

Desafio - priorizar a produção de energia sustentável.

Obstáculo - recursos restritos e direcionados. Prioridade para a lucratividade das empresas.

Propostas:

4.3.1. Estimular e priorizar o uso de fontes alternativas na obtenção de energia buscando fontes de energias sustentáveis, limpas e renováveis, que causem menor impacto ambiental e social; com garantia ao acesso, com custos compatíveis com as famílias de baixa renda, para os agricultores familiares e para micro e pequenos empresários do campo e da cidade.

4.3.2. Garantir o caráter público e estatal da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, inclusive como fomentadora de pesquisas de fontes de energia limpa.

4.3.3. Melhorar a distribuição e fiscalização dos royalties entre os municípios, com ampla divulgação da aplicação dos mesmos.

4.3.4. Fomentar pesquisa na busca de novas tecnologias e insumos visando menor impacto negativo.

4.3.5. Incentivar o uso de biodigestores na produção de energia, com apoio a pesquisas para desenvolvimento de novas tecnologias e aprimoramento das já existentes.

4.3.6. Incentivar a implantação de pequenas unidades geradoras de energia, após estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

4.3.7. Incentivar o uso do aquecimento a partir da energia solar.

4.3.8. Revisar a atual política de tributação da energia elétrica.

4.3.9. Estimular e fomentar a pesquisa e uso de tecnologias de conservação de energia e redução da intensidade energética.

4.3.10. Pesquisar e desenvolver produtos e equipamentos que não utilizem eletricidade e que sejam ambientalmente corretos.

4.4. Comunicação

Premissas – sistemas e meios de comunicação acessíveis voltados a atender os interesses da sociedade de forma democrática, transparente e participativa.

Situação Atual – meios de comunicação concentrados em poucos grupos. Produção de conteúdo voltado a atender os interesses dos setores dominantes. Falta de transparência e de controle social. Avanços tecnológicos ditados pelos interesses das empresas.

Desafios - criar conselhos municipais e estadual de comunicação. Estabelecer política pública para o setor garantindo a acessibilidade, a democratização, a transparência e o controle social. Investir em mídias alternativas.

Obstáculos - predomínio dos interesses dos setores dominantes. Falta de transparência. Subordinação do poder público.

Propostas:

4.4.1. Criar conselhos municipais, ou regionais e estadual de comunicação.

4.4.2. Rever e ampliar as concessões dos meios de comunicação.

4.4.3. Aumentar o número de concessões de emissoras de rádio e incentivar as rádios comunitárias.

4.4.4. Ampliar e democratizar o uso da internet através de fibras óticas e wi-fi grátis.

4.4.5. Melhorar e baratear o sistema de comunicação via celular.

4.4.6. Melhorar e popularizar o sistema de telefonia e internet na área rural.

4.4.7. Veicular programas educativos em horário nobre em rede aberta

4.4.8. Utilizar os meios de comunicação como um difusor de informações e cultura.

4.4.9. Elaborar um estudo para o controle da instalação de antenas de telecomunicações, em função da possibilidade de risco à saúde da população periférica (radiação).

4.4.10. Aprimorar as técnicas de legendagem descritiva, sincronizando-as com as imagens em exibição de modo a estabelecer melhor entendimento por parte, principalmente, de quem necessita desse recurso.

4.5. Turismo

Premissas – turismo acessível a todos promovendo desenvolvimento social, conservação ambiental e valorização do patrimônio natural, histórico, artístico e cultural.

Situação Atual – potencial pouco explorado. Voltado ao público com maior poder aquisitivo. Inexistência de controle social.

Desafios - criar políticas públicas para o desenvolvimento do segmento do turismo, apoiando iniciativas locais e valorizando os potenciais. Tratar o turismo para além de atividade econômica.

Obstáculos - desestímulo a novas iniciativas. Burocracia. Setor não prioritário.

Propostas:

4.5.1. Fomentar o turismo como um vetor de desenvolvimento sustentável, haja vista que, como atividade econômica, tem grande capacidade de gerar trabalho e renda para a população local que, pelo exercício de suas atividades de forma responsável e comprometida com a qualidade de vida da população, promove a conservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural nas localidades onde é implantado.

4.5.2. Aproveitar turisticamente as potencialidades locais (ecoturismo, artesanato, cooperativas de pequenos produtores – venda e comercialização de produtos caseiros etc.).

4.5.3. Investir no turismo ecológico rural, ecoturismo e para que haja estrutura de acessibilidade para todos os grupos de pessoas.

4.5.4. Desenvolver ações de debate em fóruns regionais e implantação de projetos na área do turismo educativo.

4.5.5. Fomentar a capacitação técnica visando maior profissionalização do setor.

4.6. Cidades Sustentáveis

Premissas – cidades planejadas de forma participativa, como espaço de convivência saudável, promoção da qualidade de vida e respeito a todas as formas de vida.

Situação Atual – crescimento desordenado. Degradação do espaço urbano. Violência institucionalizada. Sociedade alijada dos processos decisórios. Situação degradante enfrentada por parcela significativa da população. Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Desafios – efetivar o planejamento participativo das cidades. Recuperar áreas degradadas. Enfrentamento das causas das violências e das desigualdades sociais.

Obstáculos – especulação imobiliária. Inércia do poder público. Apatia da população.

Propostas:

4.6.1. Tornar obrigatório a revisão e implementação do Plano Diretor de todas as cidades com ampla participação popular, visando o desenvolvimento sustentável.

4.6.2. Planejar a cidade quanto à ocupação de espaço físico, aspectos socioeconômicos e culturais, com base nos Planos Diretores Municipais – PDM, em consonância com o Estatuto das Cidades, incorporando todos os preceitos estabelecidos na legislação urbana básica, constituída de: Lei do Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Perímetro Urbano, Código de Obras e Código de Posturas.

4.6.3. Criar mecanismos e atrativos, para que o homem opte pela permanência no campo e/ou pequenas cidades.

4.6.4. Ampliar áreas verdes, preservar fundos de vales, parques, praças, áreas de lazer, proteção e recuperação das nascentes, etc.

4.6.5. Desenvolver programas de habitação social, em conjunto com o desenvolvimento de infraestrutura básica, saúde, lazer, educação, geração de emprego e renda, etc.

4.6.6. Tornar obrigatório o respeito à permeabilidade do solo nas áreas urbanas, em leis específicas para cada realidade local.

4.6.7. Cumprir o que estabelecem as leis municipais de Uso e Ocupação do Solo Urbano e de Parcelamento do Solo Urbano, no que diz respeito às faixas estabelecidas para as áreas de preservação permanente e percentual de áreas institucionais estabelecidas nos loteamentos aprovados, protegendo e ampliando as áreas de parques; áreas de lazer e praças e/ou hortas comunitárias. Outrossim, obedecer os índices de permeabilidade do solo urbano estabelecidos nas Leis de Parcelamento do Solo Urbano dos municípios, no momento da aprovação de projetos de qualquer natureza.

4.6.8. Desenvolver programas governamentais de utilização

de lotes urbanos não edificados, como hortas comunitárias, áreas de lazer, entre outros.

4.6.9. Desenvolver ações pedagógicas voltadas para a valorização dos patrimônios naturais e culturais.

4.6.10. Implementar políticas públicas de combate a todo tipo de poluição.

4.6.11. Implantar o licenciamento ambiental municipal atendendo às necessidades de implementação de obras e serviços e de novos loteamentos, fazendo cumprir a lei vigente, bem como a sua revisão e fiscalização, garantindo que os recursos gerados pelas multas de órgãos estaduais sejam revertidos ao município de origem.

4.6.12. Exigir relatório de impacto de vizinhança, conforme definido no Plano Diretor Municipal, na aprovação de novos loteamentos, obras e equipamentos urbanos, que venham trazer impactos no uso e na ocupação do solo urbano.

4.6.13. Implantar a legislação urbana contida nos PDM e priorizar programas e projetos que estabeleçam ações eficazes para o saneamento básico abrangendo: redes de esgoto, abastecimento de água, rede de galerias pluviais e de coleta e tratamento de resíduos sólidos.

4.6.14. Propor, para os municípios que apresentem problemas sérios de erosão do solo, em especial os municípios paranaenses integrantes da região noroeste, assentados sobre o Arenito Caiuá, programas e projetos específicos, que contabilizem ações dos órgãos estaduais que tratam da questão.

4.6.15. Cumprir a legislação específica quanto à inibição da poluição ambiental (do ar; visual, sonora, e hídrica, entre outras) integrante da legislação urbanística e incluir práticas de monitoramento das mesmas.

4.6.16. Fazer cumprir os códigos de posturas municipais, no que trata da criação de animais dentro do perímetro urbano, bem

como implantação de empresas agroindustriais que possam gerar conflitos no uso e ocupação do solo urbano.

4.6.17. Educar para o desenvolvimento sustentável e para a democracia, possibilitando maior participação popular e o fortalecimento da cidadania.

4.6.18. Elaboração de planos de desenvolvimento regional que norteiem os planos diretores municipais, os quais deverão focar limites naturais das bacias hidrográficas e atender à demanda das relações de produção e trabalho no espaço urbano.

4.6.19. Elaboração de política habitacional com enfoque no atendimento de famílias com baixa renda, priorizando remoção de ocupações de áreas de risco e a urbanização/regularização fundiária, além de promover fiscalização para evitar implantação de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares.

4.6.20. Promover o resgate do caráter público dos espaços urbanos, pelo fortalecimento da organização social existente, da erradicação da desigualdade refletida no espaço urbano e da garantia de acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

4.6.21. Racionalizar a utilização e o consumo dos recursos naturais, reduzindo desperdício e buscando fontes alternativas de energia.

4.6.22. Implantação de infraestrutura de saneamento básico (água, esgoto, drenagem) em ocupações urbanas, com prioridade para as localizadas em área de manancial e/ou fragilidade ambiental.

4.6.23. Desestimular a ampliação indiscriminada dos perímetros urbanos impedindo a distância entre comunidades, para não onerar a infraestrutura e a interface.

4.7. Habitação

Premissas – moradia de qualidade para todos.

Situação Atual – falta de moradia. Ocupações irregulares. Financiamento com altas taxas de juro. Dificuldade de acesso a moradia própria por pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.

Desafios - política habitacional priorizando a fixação das pessoas nas cidades pequenas. Realocar ocupações irregulares.

Obstáculos - Interesses do mercado imobiliário. Preços abusivos dos imóveis.

Propostas:

4.7.1. Elaborar uma política habitacional e implementar a delimitação e as ações definidas para as Zonas Especiais de Interesse Social, definidas nas Leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano dos municípios com enfoque no atendimento de famílias com baixa renda, em especial as populações advindas de assentamentos irregulares e áreas de risco, proporcionando-lhes urbanização/regularização fundiária, com a oferta de, além de uma habitação digna: infraestrutura básica (saneamento básico, pavimentação urbana, iluminação), a social (escola, posto de saúde, creches, espaços livres, equipamentos de cultura e lazer) e programas de geração de renda, possibilitando a estas populações a devida inclusão social.

4.7.2. Fortalecer a implantação dos programas habitacionais de interesse social com a participação da comunidade por auto-gestão, assim como ação social de recepção e apoio para com os imigrantes que chegam às médias e grandes cidades.

4.7.3. Diminuir o déficit habitacional e melhorar as condições de habitabilidade em todos os municípios do Estado.

4.7.4. Desenvolver projetos de habitação que analisem as possibilidades construtivas, levando em conta as questões humanas, ambientais, a fauna e a flora, além de outras.

4.7.5. Combater a especulação do mercado imobiliário, bem como as práticas predatórias da construção civil, principalmente nas grandes cidades.

4.7.6. Fortalecer os programas habitacionais para comunidades rurais e tradicionais.

4.7.7. Gerar mecanismos de controle e de avaliação de suscetibilidade ambiental de córregos, em áreas de ocupações irregulares e de invasões.

4.7.8. Ampliar os projetos sociais realizados junto às famílias desde a fase de elaboração do projeto, da execução das obras, durante a realocação das famílias e após a ocupação das áreas.

4.7.9. Elaborar os projetos habitacionais de forma integrada contemplando transporte, saneamento, educação, saúde, lazer, acessibilidade e demais infraestruturas básicas.

4.7.10. Gerar instrumentos integrados com o objetivo de monitorar e controlar as ocupações irregulares junto a áreas de proteção permanente e áreas de risco, visando a realocação das famílias e recuperação da área.

4.7.11. Dar prioridades às políticas e às ações que visam agilizar/facilitar o acesso à terra e à regularização fundiária e que sejam potencializadoras das políticas e dos programas habitacionais a serem implantados nas três esferas de governo, com a finalidade de reduzir o déficit habitacional concentrados nos segmentos populacionais de menor renda.

4.7.12. Reduzir a carga tributária e impostos cobrados para se legalizar uma propriedade e acesso a serviços básicos relativos à moradia, nos casos que se fizerem necessários.

4.8. Saneamento

Premissa - toda a população devidamente atendida com todos os serviços de saneamento.

Situação Atual - quase a totalidade dos domicílios abastecidos com água tratada. Coleta e tratamento de esgotos não beneficia boa parte da população. Destinação inadequada de esgoto não tratado em grande parte dos casos.

Desafio - melhorar a qualidade e a cobertura dos serviços. Baratear o custo.

Obstáculos - privatização e terceirização do setor. Priorização do lucro em detrimento do investimento na ampliação e melhoria dos serviços.

Propostas:

4.8.1. Elaborar e aplicar, em todos os níveis e esferas de governo, o Plano de Saneamento Ambiental e demais legislações pertinentes ao tema, garantindo ampla participação social na gestão, ampliação e aplicação dos investimentos públicos, sob o controle social da população paranaense.

4.8.2. Universalizar a rede de coleta pública de esgotos e do tratamento de efluentes bem como garantir que todos os lares paranaenses estejam conectados às redes públicas de abastecimento de água e tenham assegurada a coleta periódica regular dos seus resíduos sólidos.

4.8.3. Implementar modelo de parcerias entre o estado e municípios para obras de saneamento.

4.8.4. Atuar junto ao governo federal para obtenção de recursos tendo por objetivo o saneamento ambiental de regiões mais susceptíveis à erosão do solo.

4.8.5. Buscar parcerias entre municípios na construção de aterros sanitários e reaproveitamento do lixo orgânico (compostagem, biodigestor, etc.).

4.8.6. Investir em projeto de transformação dos resíduos em

energia e em outros produtos, mantendo rigoroso controle sobre a geração de efluentes sólidos, líquidos ou gasosos.

4.8.7. Implantar sistemas para saneamento alternativos onde não for possível a implementação do tradicional.

4.8.8. Investir em saneamento rural.

4.8.9. Responsabilizar e penalizar os responsáveis pelos impactos ambientais derivados da produção e destinação inadequada de resíduos, de modo que haja reparação dos danos causados.

4.8.10. Investir em pesquisas para reutilização de insumos de estações de tratamentos de esgoto que possam ser reaproveitados pelas comunidades.

4.8.11. Dar a devida atenção em relação aos resíduos gerados pelos cemitérios.

4.8.12. Criar políticas que incentivem o tratamento e reuso de águas cinzas e águas negras com a utilização de fossa séptica com bacia de e por meio de filtro biológico nas áreas rurais e urbanas onde não há rede de esgoto.

4.8.13. Incentivar e buscar viabilizar que cada município acima de 100 mil habitantes tenha sua própria empresa de saneamento, de modo que a mesma seja responsável pela instalação, manutenção e investimentos dentro do próprio município.

4.9. Resíduos Sólidos

Premissa - toda a população efetivamente atendida por uma política eficiente de coleta e destinação dos resíduos sólidos incluindo a logística reversa.

Situação Atual - coleta de resíduos atende a maioria dos domicílios e estabelecimentos. Logística reversa incipiente. Destinação inadequada para grande parte dos resíduos coletados. Ausência de uma política de compostagem. Coleta de recicláveis deficiente.

Desafios - aprimorar a legislação e dar efetivação a política de

logística reversa. Implantar um programa integrado de gerenciamento de resíduos sólidos com incentivos para que as pessoas façam a separação correta dos resíduos em seus domicílios e estabelecimentos. Implantar processos de compostagem. Aumentar a efetividade dos processos de reciclagem.

Obstáculos - terceirização da atividade. Ausência de políticas e programas eficientes. Pouca motivação da sociedade.

Propostas:

4.9.1. Criar programas de sensibilização para a coleta seletiva, com a devida destinação, em todas as cidades.

4.9.2. Criar incentivos para projetos de reciclagem e compostagem.

4.9.3. Implantar usinas de reciclagem ou de reaproveitamento de resíduos da construção civil, por meio de cooperativas ou similares, visando à redução ou eliminação do passivo ambiental gerado pelo setor.

4.9.4. Fomentar o uso de materiais reciclados da construção civil.

4.9.5. Criar mecanismos de logística reversa aprimorando os já existentes.

4.9.6. Exigir maior número de pontos de entrega para resíduos contemplados nos acordos nacionais de logística reversa.

4.9.7. Estabelecer maior rigor em relação a destinação final de resíduos tóxicos, contaminantes, radioativos, hospitalares, eletrônicos, etc.

4.9.8. Criar fiscalização e punição (multas), a partir da implantação e conscientização da coleta seletiva, de modo que todos e cada um assumam o compromisso de manter a viabilidade do sistema.

4.9.9. Ampliar a quantidade de lixeiras e coletores de mate-

riais recicláveis, compostáveis e rejeitos, sobretudo nas áreas e regiões onde sejam insuficientes ou ausentes.

4.10. Mobilidade Urbana e Acessibilidade

Premissas – garantir o direito de ir e vir do cidadão por meio de transporte coletivo público de qualidade e gratuito, uso de bicicletas, respeito aos pedestres e adequação dos equipamentos públicos.

Situação Atual – transporte coletivo privatizado, caro, muitas vezes ineficiente e não raramente precário. Excesso de automóveis, causando congestionamentos, poluição e acidentes evitáveis. Calçamento inadequado na maioria dos casos. Acessibilidade prejudicada pela não adequação de equipamentos públicos.

Desafios - Estabelecer a conversão do atual modelo de transporte, que privilegia o deslocamento individual por automóvel, para um sistema mais saudável e sustentável, priorizando o transporte público de qualidade, o uso de bicicletas e o respeito ao pedestre; facilitar o acesso de pessoas com restrição de locomoção.

Obstáculos - cartel das empresas de transporte coletivo. Atrilamento do poder público a essas empresas. Falta de transparência e de controle social.

Propostas:

4.10.1. Adotar políticas públicas visando incentivar o uso de outros modais levando em conta as peculiaridades de cada região.

4.10.2. Valorizar o uso de bicicleta como modal de transporte integrado com outros modais e implantação de ciclovias e ciclofaixas.

4.10.3. Padronizar e uniformizar a construção e manutenção

das calçadas atendendo aos critérios das normas de mobilidade e acessibilidade universal.

4.10.4. Desestimular o uso do estacionamento público e privado nas áreas centrais.

4.10.5. Fomentar e incentivar o “programa de carona solidária”.

4.10.6. Racionalização e redução do número de deslocamentos de pessoas e cargas decorrentes do crescimento acelerado das atividades econômicas e do crescimento do grau de urbanização.

4.10.7. Redução, até a eliminação total, das barreiras arquitetônicas impostas por projetos e/ou construções inadequadas aos princípios da acessibilidade.

4.10.8. Desenvolvimento de processo cultural de sensibilização e conscientização da sociedade e dos profissionais responsáveis pelo planejamento, construção, manutenção e fiscalização na construção das cidades.

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar: É aquela na qual a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agrícola é a principal fonte de renda, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Agrobiodiversidade: O conceito de agrobiodiversidade reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável.

Agroecologia: É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. A abordagem agroecológica da produção busca desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos.

Agrofloresta: É um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente, com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras, sem problemas com “pragas” ou “doenças”, dispensando o uso de venenos. Nos Sistemas Agroflorestais, encontramos uma mistura de culturas anuais, árvores perenes e frutíferas e leguminosas, além de criação de animais e a própria família de agricultores, em uma mesma área.

Anel de Integração: Consiste em uma malha de rodovias divididas em lotes interligados, geralmente administrados pela iniciativa privada e mantidos com a cobrança da tarifa de pedágio interligando diversos municípios.

Antropocentrismo: É a linha de pensamento que coloca o ser humano como o “centro do universo”, ou seja, cabe a ele definir como e quando a natureza deve ser usada ou explorada.

Biocentrismo: É o conceito segundo o qual todas as espécies vivas têm o mesmo valor. É uma concepção, segundo a qual todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência. As tendências antropocêntricas defendem a responsabilidade do ser humano para com a natureza, enquanto as biocêntricas, os deveres dele diante da natureza. Em outras palavras, a natureza é a titular de direitos.

Biodigestor: É o equipamento pelo qual se pode realizar a fermentação por meio de bactérias, que digerem matérias orgânicas em condições anaeróbicas (ausência de oxigênio) cujo objetivo é a obtenção de biogás e de biofertilizante.

Cadeia Produtiva: É um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço).

Capital Social: É o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo. Capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso. Os sociólogos sublinham que o capital social é formado pelas redes sociais, pela confiança mútua e pelas normas efetivas.

Ciclo de Vida: É uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

Commodities: São os produtos que em grande volume conquistaram o mercado internacional, tornando-se quase indispensáveis ao consumidor. Podem ser definidas como mercadorias que são produzidas em larga escala e comercializadas em bolsas de valores em nível mundial sendo que seus preços são definidos pelo mercado internacional. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. As commodities também se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas. Podem ser: agrícolas, minerais, financeiras ou ambientais.

Compostagem: É a ação pela qual produtos usados ou inutilizados pelo ser humano (restos de alimentos, folhas, poda de árvores ou qualquer outro produto de fácil decomposição) são disponibilizados em local adequado ou em equipamentos apropriados, para transformarem-se em elementos enriquecedores do solo (adubo).

Controle Social: É uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas. Um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

Corpos Hídricos: É qualquer acumulação significativa de água, usualmente cobrindo a Terra ou outro planeta. O termo Corpo de Água geralmente refere-se a grandes acumulações de água tais como: mares, oceanos e lagos, mas é usado também para rios, lagoas, arroios, poças ou zonas úmidas.

Corredor Ecológico: É uma área que une os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana, como por exemplo, estradas, agricultura, atividade madeireira. O objetivo do corredor ecológico é permitir o livre deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal.

Desmaterialização: É a redução na quantidade de materiais necessários para atender as funções econômicas na sociedade. Em termos comuns, desmaterialização significa “fazer mais com menos”. Ex: digitalização de documento e informações ao invés de registrá-los em papel, popularização do uso da internet e das redes sociais, a educação à distância, compartilhar quase tudo,

de veículos a sobras de comida, compartilhamento de espaços de trabalho etc.

Economia Solidária: É um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Empoderamento: É a apropriação do poder de emitir opinião e tomar suas próprias decisões no pleno exercício da cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro. Neste contexto, está o conceito do empoderamento social, que se resume em fazer com que tudo seja mais democrático e que a população em geral tenha poder de opinião e decisão.

Especismo: É o ponto de vista de que uma espécie, no caso a humana, tem todo o direito de explorar, escravizar e matar as demais espécies por considerá-las inferiores. É a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. Atualmente é comparável a um ato de preconceito e discriminação.

Extensão rural: É um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida.

Extrativismo Natural: É a atividade de coleta de produtos naturais, sejam de origem vegetal, animal ou mineral para fins comerciais, industriais ou para subsistência.

Governança: É a referência a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, incluindo-se aí “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais e associações de diversos tipos. A governança opera num plano que engloba a sociedade como um todo.

Incubadora Aceleradora: Consistem em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que têm a função de criar e desenvolver novas pequenas empresas ou microempresas, auxiliando durante todas as etapas iniciais do processo, buscando apoiá-las de acordo com alguma diretiva governamental ou regional. São focadas em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que tenham o potencial para crescerem muito rápido.

Incubadora Tecnológica: É um dos tipos de incubadora. Abrigam empreendimentos inovadores, frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando fornecer um ambiente propício ao desenvolvimento de projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas.

Intermodalidade: É uma operação que se realiza pela utilização de mais de um modal de transporte (marítimo, rodoviário, aéreo, ferroviário e outros). Isto quer dizer transportar uma mercadoria do seu ponto de origem até a entrega no destino final por modalidades diferentes.

Logística Reversa: É o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Obsolescência Programada: É a redução artificial da durabilidade de produtos ou ciclo de vida de seus componentes. Tal estratégia, ilicitamente adotada por alguns fornecedores, visa estimular a aquisição de novos produtos em um curto período de tempo, alavancando, com isso, suas vendas e, conseqüentemente, seu lucro. A ideia é induzir o consumidor a comprar, descartar rapidamente e adquirir outra vez, repetidamente.

Pagamento por Serviços Ambientais - PSA: É a transferência de recursos (monetários ou outros) a quem ajuda a manter ou a produzir os serviços ambientais. Como os benefícios dos serviços ambientais são aproveitados por todos, o princípio é que nada mais justo que as pessoas que contribuem para a conservação e a manutenção dos serviços ambientais recebam incentivos.

Permacultura: É um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza. Propõe uma “cultura permanente”, ou seja uma cultura que visa a nossa permanência neste planeta em harmonia com a natureza. Possui três princípios éticos: cuidar da terra, cuidar das pessoas e compartilhar excedentes.

Práticas Integrativas e Complementares: São conhecidas popularmente como “ramos da medicina alternativa”. Tem o objetivo de garantir a prevenção de agravos, a promoção e a recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, além de propor o cuida-

do continuado, humanizado e integrado em saúde, contribuindo com a resolubilidade do sistema de saúde com qualidade, eficácia, eficiência, segurança e participação social no uso. Aumentam a quantidade de recursos que podem ser utilizadas pelos cidadãos. Além disso, colaboram para que a medicina se torne cada vez mais humanizada. No SUS - Sistema Único de Saúde, são elas: a Homeopatia, as Plantas Medicinais e Fitoterápicas, a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Medicina Antroposófica e o Termalismo Social-Crenoterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reike, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga.

Reciclagem: É o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos.

Resíduos Sólidos: É o material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade.

Resiliência: É a capacidade de voltar ao seu estado natural, principalmente após alguma situação crítica e fora do comum. No contexto da ecologia, a resiliência é a aptidão de um determinado sistema que lhe permite recuperar o equilíbrio depois de ter sofrido uma perturbação. Este conceito remete para a capacidade de restauração de um sistema.

Royalties: É a taxa ou valor que é pago a uma entidade (pessoa física, pessoa jurídica ou país) pelo uso de um produto ou ideia, de sua criação.

Senciência: É a capacidade dos seres de sentir sensações e sentimentos de forma consciente. Em outras palavras: é a capacidade de ter percepções conscientes do que lhe acontece e do que o rodeia. As sensações como a dor ou a agonia, ou as emoções, como o medo ou a ansiedade, são estados subjetivos próximos do pensamento e estão presentes na maior parte das espécies animais.

Serviços Ecosistêmicos: São os bens e serviços que se obtém dos ecossistemas direta ou indiretamente. Um ecossistema é definido como um dinâmico e complexo relacionamento entre plantas, animais e comunidades de microrganismos e de elementos não vivos (solo, água, ar), todos interagindo em equilíbrio. A estrutura dos serviços ecosistêmicos combina setores econômicos, ecológicos e sociológicos e são divididos em quatro categorias: provisão, regulação, cultural e de suporte. A principal diferença entre serviços ambientais e serviços ecosistêmicos é que, no primeiro caso, os benefícios gerados estão associados a ações de manejo do homem nos sistemas naturais ou agroecossistemas; já os serviços ecosistêmicos refletem apenas os benefícios diretos e indiretos providos pelo funcionamento dos ecossistemas, sem a interferência humana.

Terceiro Setor: São organizações da sociedade civil brasileira, voltadas para causas públicas. É formado por associações e entidades sem fins lucrativos (ONGs e OSCIPS) tendo como objetivo principal melhorar qualidade de vida dos necessitados, sejam ele crianças, adultos, animais, meio ambiente, e etc., fazendo ações solidárias, possuindo papel fundamental na sociedade. É composto quase que, em sua totalidade, de mão-de-obra voluntária. As instituições do terceiro setor estão muitas vezes envolvidas com obras de filantropia. O terceiro setor é, em sua maioria, mantido com iniciativas privadas e até mesmo incentivos do Governo, com repasse de verbas públicas, porém não pode ser substituto da fun-

ção do Estado sendo apenas uma complementação e um auxílio na resolução de tantos problemas presentes na sociedade.

Vivisseção: É o ato de cortar um animal vivo. Com o tempo o termo foi abrangendo outras coisas e significa qualquer procedimento onde você pega um animal vivo, induza um determinado estímulo nele e obtém um outro em troca. Define-se como o ato ou a prática de fazer experiências em animais vivos. O termo vivisseção é usado para englobar as várias categorias científicas e procedimentos médicos feitos em animais, incluindo: testes de medicamentos e outros produtos químicos, pesquisa biomédica ou a criação e morte de animais, direcionadas para retirar e usar partes, tais como válvulas cardíacas ou órgãos.